

O Que Virá a Seguir?

Uma Opinião sobre a Guerra Irregular na Defesa Nacional

Major Phil W. Reynolds, Exército dos EUA

ESTAMOS VENCENDO A guerra contra o terrorismo? O ex-Secretário de Defesa dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Rumsfeld, perguntou certa feita: “O Departamento de Defesa está se adaptando com necessária rapidez para lidar com o novo ambiente de segurança do século XXI?”¹ Muitos concordam que a guerra contra o terrorismo, a chamada “Guerra Longa”, é de múltiplas gerações por natureza, e menos um conflito de números ou de recursos. Hoje, em tempos de orçamentos limitados, a questão já não é se “Estamos vencendo a guerra contra o terrorismo?”, e sim um destaque para “O que virá a seguir?”

A resposta: os conflitos irregulares e nebulosos irão aumentar enquanto as guerras entre Estados vão diminuir. Desde a Segunda Guerra Mundial, aconteceram 44 guerras entre nações e 372 conflitos assimétricos². O Iraque, o Afeganistão e o 11 de Setembro são claras evidências de que “atores fortes como os EUA e a Organização das Nações Unidas (ONU) já encontraram uma classe de atores fracos [...] que estão cada vez mais propensos a usar uma estratégia indireta para prevenir que outros os coajam”³. O Departamento de Defesa já elaborou um marco que integra esse tipo de guerra irregular. O *Capstone Concept for Special Operations* (“O Conceito Fundamental de Operações Especiais”, em tradução livre), de 2009, observou: “O futuro previsível promete ser uma

era de conflitos contínuos — um período de confrontações prolongadas entre Estados, entidades não Estatais e atores individuais progressivamente mais dispostos a usar a violência para atingir seus objetivos políticos. É improvável que esse futuro se revele como um estado de paz estável interrompido por surtos distintos de conflito intenso”⁴.

Os conflitos assimétricos contra atores irracionais, engajados em atividades que variam desde o terrorismo catastrófico até as guerras intraestatais, étnicas e civis são a ameaça mais provável contra a segurança e interesses dos EUA. As forças convencionais não podem dissuadir terroristas e insurgentes sem desdobramentos custosos. A nova estratégia dos EUA precisa ser aceitável politicamente e compensadora quanto ao custo. Também necessita evitar que nossos inimigos ataquem e desestabilizem nossos aliados e prejudiquem os estadunidenses em sua terra natal. As ameaças mais perigosas aos Estados Unidos são aquelas contra as quais não podemos empregar respostas convencionais, sendo portanto essencial que o país desenvolva e use a guerra irregular (GI) como um dissuasor que crie profundidade estratégica. Esse tipo de estratégia precisa enfrentar ameaças contra a segurança doméstica antes que as mesmas consigam adquirir massa crítica e se movam para além de suas próprias fronteiras. A GI ofensiva executada pelo Comando de Operações Especiais dos EUA (USSOCOM, na sigla em inglês), com

O Major Phil W. Reynolds possui a especialidade de oficial de Assuntos Cívicos do Exército dos EUA. É bacharel pela Saint Bonaventure University e mestre pela University of Oklahoma. Serviu no 319º Regimento

de Artilharia de Campanha Aeroterrestre e no 96º Batalhão de Assuntos Cívicos (Aeroterrestre). Participou de operações na África, no Iraque e na Ásia Central.

as atividades da “Fase 0” coordenadas cuidadosamente, podem atingir esse objetivo.

O Custo da Paz

Infelizmente, nossos adversários de guerra irregular variam de redes criminosas ou insurgentes revolucionários a sofisticadas redes terroristas focadas na destruição em massa no interior do território dos Estados Unidos. Segundo o *Capstone Concept*, os avanços tecnológicos na produção de armas “tornarão essas ameaças irregulares até mais letais, capazes de produzir o caos generalizado e cada vez mais difíceis de enfrentar”⁵. A própria preponderância do poder convencional dos EUA incita os oponentes mais fracos a utilizarem o combate assimétrico, de modo a compensar a correlação dos poderes econômico e militar que produziria a superioridade no campo de batalha. Essa consequência, aliada à letalidade progressiva das armas e à duração mais prolongada dos conflitos, significa que a estratégia de usar forças regulares visando à vitória em operações cinéticas rápidas já não é mais viável⁶.

Por outro lado, é incompreensível que os Estados Unidos abandonem sua posição de influência e responsabilidade no mundo ao escolher não se engajarem em guerras irregulares assimétricas. Os Estados Unidos irão conduzir, cada vez mais, operações de contraterrorismo, contrainsurgência (COIN, na sigla em inglês), guerra não convencional, defesa interna (em países estrangeiros) e operações de estabilização, ou seja, as cinco operações da guerra irregular definidas no *Joint Operating Concept for Irregular War* (“Conceito de Operações Conjuntas para a Guerra Irregular”, em tradução livre) do Departamento de Defesa, de 2010⁷. Desde o 11/9, o efetivo do USSOCOM dobrou, seu orçamento triplicou e seus desdobramentos no exterior quadruplicaram. O USSOCOM tem a responsabilidade de coordenar e conduzir operações em qualquer parte do globo contra redes terroristas, bem como sincronizar o treinamento global e o Plano de Assistência Militar. Isso significa que o USSOCOM “analisa, coordena e prioriza todos os planos do Departamento de Defesa que apoiem a campanha mundial contra o

terror, fazendo também recomendações à Junta de Chefes de Estado-Maior com relação às alocações de Força e de recursos para satisfazer às exigências globais”⁸.



Participantes do exercício *Fuerzas Comando 2012* realizam um “salto gancho” de uma aeronave C-130 sobre a região do Centro de Adestramento Nacional, Forte Tolemaida, Colômbia, 13 Jun 12.

Exército dos EUA

...é incompreensível que os Estados Unidos abandonem sua posição de influência e responsabilidade no mundo...

Uma Estratégia Limitada pelos Recursos. Emergindo de uma década complicada e talvez da luta mais difícil em sua história, o Departamento de Defesa terá de criar uma nova estratégia com menos recursos. As Forças Armadas dos EUA terão de “andar na corda bamba”, mantendo uma força regular suficientemente forte para dissuadir ações de Estados hostis, dispondo também de uma força que possa desdobrar e solucionar uma variedade de problemas desencadeados por atores não estatais, engajados nas guerras irregulares.

As estratégias da COIN empregadas no Iraque e no Afeganistão não serão reproduzidas porque os gastos para desdobrar forças regulares só irão aumentar. O custo final do direto envolvimento dos EUA no Iraque e no Afeganistão talvez chegue a US\$ 2 trilhões, e o dinheiro e o apoio político para repetir essa dispendiosa estratégia simplesmente não existem mais. Além disso, como John Arquilla observa, “A evidência dos últimos

dez anos mostra que grandes aplicações de força têm pouco efeito. As organizações conectadas em redes, como a Al Qaeda, já mostraram como facilmente são capazes de evitar pesados golpes letais e continuam a infligir violentos contragolpes”⁹.

Se, nos próximos anos, déficits governamentais forcingarem cortes indesejados no orçamento da Defesa, o Departamento de Defesa fará bem em manter as verbas do USSOCOM à custa das Forças Singulares. As Forças de Operações Especiais mostraram que podem fazer mais com menos, com uma eficácia que as Forças Singulares não conseguem igualar. Os custos insustentáveis corrompem a eficácia das forças militares regulares como elemento dissuasor perante nossos adversários de GI.

O Departamento de Defesa anunciou que terá de cortar US\$ 487 bilhões ao longo dos próximos 10 anos¹⁰. Contudo, o crescimento anual do orçamento em 4%, entre os anos fiscais 2000 e 2010, foi maior que o crescimento histórico do produto interno bruto¹¹. Isso criou uma onda de euforia ilusória no orçamento da pasta, pois o aumento não foi decorrente somente dos custos associados ao Iraque e ao Afeganistão. Recentemente, o Secretário de Defesa, Leon Panetta, referiu-se aos gastos com pessoal, que cresceram quase 90% desde 2001¹². Esses custos, agora, consomem 45% do orçamento da Pasta, totalizando US\$ 250 bilhões em 2012. O Programa de Saúde do Departamento cresceu a uma taxa anual real de 6,3% entre os anos fiscais de 2001 a 2011, mas o solicitado originalmente foi um aumento de apenas 1,2%. Isso ilustra, portanto, um caso de dispêndio maior que a inflação, cuja solicitação orçamentária não cobre completamente¹³. Para o ano fiscal de 2013, o Programa de Saúde da Defesa cai de US\$ 52 bilhões para US\$ 48 bilhões. A diferença será coberta com taxas, pagamentos e franquias mais elevadas das apólices de seguro dos integrantes da Reserva Remunerada¹⁴.

Os formuladores de políticas podem ser forçados a escolher entre custosas aquisições de equipamentos, a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para os grandes conflitos, investir em pessoal ou desenvolver as capacidades de GI. Desde o ano

fiscal de 2001, o efetivo total de pessoal no serviço ativo permaneceu relativamente estável, pairando ao redor de 1,5 milhão. Contudo, o orçamento atual sustenta uma Força com o mesmo tamanho e estrutura de 2001, a um custo 35% mais alto¹⁵. O verdadeiro perigo é que o aperto financeiro decorrente da dissuasão com forças regulares custosas e o déficit irão, conseqüentemente, limitar as opções de o Presidente lidar com *ambas* as ameaças, convencional e irregular.

O Secretário Panetta já indicou que “em decorrência da retirada das Forças do Iraque e do Afeganistão e o corte de despesas na área de segurança em centenas de bilhões de dólares ao longo da próxima década, o Departamento... está planejando reduzir a capacidade para operações militares regulares e a contrainsurgência, diminuindo o tamanho das Forças Armadas para priorizar a capacidade de contraterrorismo e o investimento em tecnologia contra as ameaças de alto risco, tais como as armas de longo alcance desenvolvidas pela China, cuja capacidade pode desafiar a projeção de poder dos EUA no Pacífico Oeste”¹⁶. O reequipamento buscará um novo bombardeiro de longo alcance e veículos aéreos de ataque e reconhecimento não tripulados baseados em porta-aviões. Para o ano fiscal de 2013, o investimento previsto para a P&D e o reequipamento das Forças corresponde a 32% do orçamento, refletindo uma dependência crescente da tecnologia como forma de reduzir o risco, sendo provável também que os custos com pessoal venham a crescer.

Com o decorrer dos anos, os recursos ficarão ainda mais limitados. No Exército, a escolha entre a guerra tradicional e a GI se acentuará. A Força Terrestre acredita que com brigadas modulares empregadas em largas áreas de segurança pode travar os dois tipos de guerra, mas o sucesso dessa doutrina é duvidoso, na melhor das hipóteses¹⁷. A vantagem comparativa com a qual os Estados Unidos contam em termos de tecnologia será difícil de manter, pois as Unidades terrestres fazem uma “reciclagem” do equipamento com base nos fundos de contingência para as missões no exterior. Com o apoio político para operações no Afeganistão

em declínio, a vontade congressista para esse financiamento discricionário talvez desapareça, significando que os custos de “reciclagem” terão que ser absorvidos pelo orçamento das Forças Singulares. Inevitavelmente, os dólares destinados às necessidades da GI irão custear as operações e os requisitos de manutenção do material das Forças Singulares. Será preciso fazer mais com menos. Isso significa o esvaziamento da Força.

O Departamento de Defesa já adotou as medidas para aumentar o tamanho das Forças de Operações Especiais, uma opção relativamente de baixo custo para a GI¹⁸. No orçamento do ano fiscal 2013, o Presidente solicitou US\$ 10,4 bilhões para o USSOCOM, um número pouco abaixo dos US\$ 10,5 bilhões do ano fiscal 2012, com aproximadamente US\$ 2,6 bilhões oriundos dos fundos de contingência no exterior¹⁹. Dessa forma, comparando esse valor com os US\$ 315 bilhões destinados à manutenção das Forças Singulares, conclui-se que as capacidades de GI parecem custar muito pouco.

As Características do Adversário de Guerra Irregular

As características de nossos adversários de guerra irregular exigem uma resposta mais flexível e operacional que a disponível nas forças regulares. Enfrentar o que Andrew Mack denomina “determinação” e o “compromisso estratégico” dos combatentes de GI exige que usemos nossa própria capacidade doméstica de guerra irregular, baseada no USSOCOM²⁰. A “Guerra Longa” contra esses pequenos grupos livremente organizados, limitada por ideias difíceis de definir, precisa de uma estratégia de baixo custo e de longo prazo, como delineado acima. O segundo requisito é o emprego com baixa visibilidade, quase clandestino, de forças que operam abaixo do radar da mídia e do povo estadunidense. A presença das forças convencionais desdobradas no terreno e sua relativa imobilidade face aos combatentes de GI não é a melhor opção. As Forças Armadas concentradas em formações ao estilo Segunda Guerra Mundial, dotadas de grande poder de fogo, têm tido muita dificuldade em localizar e combater

os pequenos bandos dispersos, mas coordenados, que somente ficaram mais fortes a partir do 11/9. Essa é uma luta global entre as nações com tendências tradicionais [guerra convencional] contra as redes orientadas para a inovação [por exemplo, a tecnologia de redes sociais]²¹.

Essas organizações descentralizadas são mais eficientes na distribuição e consumo de recursos, e altamente efetivas em alavancar sua vantagem no tocante às informações. A falha principal das forças convencionais como uma opção dissuasiva ou preventiva é que nossos adversários de guerra irregular atacam *onde* o oponente mais forte tem menos recursos; é o emprego da “defesa estratégica”, de Mao Tse-tung, na era da informação.

No lado estadunidense, o “mito da ofensiva” e os sucessos do país na Segunda Guerra Mundial e na primeira Guerra do Golfo propagaram a crença de que “se a nação for à guerra com uma ilimitada superioridade de recursos, nada menos do que uma derrota *incondicional* do inimigo é aceitável”. O país criou um grande complexo militar-industrial para apoiar essa noção. Incorporada mais recentemente como a doutrina Powell, ela é, contudo, uma noção equivocada, já que a maioria dos conflitos de nossa história não terminou com a derrota incondicional do inimigo. Essa crença no excepcionalismo norte-americano, particularmente em conflitos armados, fornece um empecilho desafiador contra o êxito na GI. Poucos de nossos adversários podem ser identificados claramente, muito menos derrotados. Nesse perímetro nebuloso, os Estados Unidos precisam conduzir dissuasão e prevenção contra inimigos irracionais e fanáticos em áreas sem governo, de Estados fracassados ou em vias de fracassar, devendo entender que a simples inação do inimigo serve como um objetivo viável.

Nossos adversários que usam o combate irregular empregam sua vantagem em levantar informações, combinando os elementos político e criminoso para influenciar a população. Eles usam engajamentos táticos contínuos de guerra irregular para obter uma vantagem de informações contra seus inimigos. O Conceito de Operações Conjuntas enfatiza esse elemento *político*: “Essas ameaças são difundidas

na população e cada vez mais [...] tais conflitos são disputas para influenciar e buscar a legitimidade sobre as populações relevantes”²². O aspecto político é dominante, e o povo é o alvo principal durante as fases iniciais de qualquer atividade de GI. Portanto, a dissuasão passa a ser o de influenciar o povo para que tome a decisão mais favorável aos objetivos dos EUA. Caberá à população escolher entre as alternativas conflitantes proporcionadas pelo combate irregular ou as oferecidas pelos Estados Unidos, ou pela nação anfitriã, com base nos custos e benefícios²³. Nas áreas fracamente controladas por um Estado, onde o povo esteja vulnerável à atividade de GI, essas preferências estarão ocultas, perfeitamente misturadas com a rica fábrica contextual da GI. Os planejadores e as Unidades militares convencionais buscam dominar o ambiente e sofrem de dissonância cognitiva quando enfrentados por adversários que precisam ser entendidos em contexto, como parte de um todo conectado por redes. As tentativas de restaurar a

ressonância, ao simplificar o problema, são cheias de *checklists*, programas de vinculação, resmas de dados e slides [do *PowerPoint*] enquadrados pelos estados-maiores excessivamente grandes dos quartéis-generais. O autor Keith Payne escreve que, em um ambiente complicado como esse, “as informações desejadas não puderam ser resumidas em caso algum” e as tentativas nesse sentido foram “frustradas por dados ambíguos e conflitantes”²⁴. Quanto maior a estrutura de Força convencional mobilizada para derrotar os agentes de GI, pior se torna a dissonância cognitiva.

As pequenas equipes de Operações Especiais do USSOCOM buscam ser discretas, tornando-se parte da textura social, e ao longo do tempo desenvolvem um entendimento contextual do ambiente exigido em tais guerras sociais do futuro. Essas pequenas equipes escondem seus próprios recursos e capacidades de projeção de poder, conquistando assim a vantagem de informações sobre seus adversários.



Sgt. Ben Watson, Exército dos EUA

Integrante da Força-Tarefa de Operações Especiais-Sul desloca-se por um complexo abandonado durante uma patrulha de segurança no Distrito de Panjwaii, Província de Kandahar, Afeganistão, 20 Fev 11.

Essa é uma estratégia que o Exército pode sustentar com menos recursos, dependendo da percepção de poder e dos Estados clientes para dissuadir a agressão, ao invés de empregar forças convencionais mais custosas e menos móveis posicionadas nas periferias do mundo. Nossos adversários contam com a vantagem de possuírem mais informações, que é ampliada pela imobilidade relativa das forças regulares. Sua vantagem depende do apoio da população, na qual se movem impunes, como o famoso “peixe no mar” de Mao. A guerra irregular ofensiva conduzida pelos Estados Unidos precisa envolver uma abordagem de contrainsurgência, de operações de estabilização e do desenvolvimento das capacidades da nação anfitriã, enquanto executa a defesa internacional externa ou assistência às forças de segurança. Essa abordagem estratificada irá gerar Inteligência contextualmente integrada, limitando a vantagem de informações dos combatentes de guerra irregular.

Finalmente, as forças de contraterrorismo em nível nacional engajam a GI quando a dissuasão falha. Esse tipo de prevenção altamente seletiva ainda será necessário porque esses novos inimigos do século XXI parecem decididos a engajar-se na guerra ilimitada. Eles visam rotineiramente os alvos civis fáceis para transmitir mensagens aos povos relevantes. Abu Hajir Al Muqrin, um teorista do terrorismo insurgente e revolucionário moderno, escreveu em seu livro *Guerilla War* (“Guerra de Guerrilha”, em tradução livre) que civis podem ser alvos legítimos²⁵. Contra esses inimigos, a prevenção terá prioridade sobre a dissuasão.

Um Caminho à Frente

A guerra irregular como um método para atingir os objetivos estratégicos nacionais será excessivamente complexa de executar. Irá exigir paciência e cooperação íntima entre todos os órgãos federais e uma força especializada



Força Aérea dos EUA. Sgt. DeNorris Mickle

Soldados do Exército dos EUA do 10º Grupo de Forças Especiais, Forte Carson, Estado do Colorado, observam uma aeronave CV-22 Osprey durante o exercício *Emerald Warrior* 2011, na Base Aérea Cannon, no Estado do Novo México, 01 Mar 11.

altamente treinada e de baixa visibilidade. Um novo esforço para garantir o financiamento oriundo do fundo global para o treinamento e equipamento de forças contra a GI deve ser feito. As solicitações orçamentárias para esse financiamento, em anos recentes, caíram enquanto maiores esforços são feitos para economizar verbas do orçamento do Departamento de Defesa. A pronta aprovação congressista desse financiamento pode proporcionar ao Departamento de Defesa a capacidade de responder rapidamente às ameaças emergentes, ficando para mais tarde o estudo e aprovação do Financiamento Militar Estrangeiro, mais lento e mais politizado. Para que tal fundo não fique retido nas preocupações dos congressistas, já que esse financiamento se sobrepõe às atividades tradicionais do Departamento de Estado, o Exército pode utilizar o dinheiro dos Comandos Geográficos Combatentes [O Departamento de Defesa divide o mundo em várias áreas de responsabilidade — N. do T.] e destiná-lo ao USSOCOM.

Precisamos de melhor cooperação entre os comandantes geográficos combatentes e o USSOCOM para coordenar as atividades de “Fase 0” dos dois comandos. Tipicamente, Comandos Geográficos Combatentes e o USSOCOM têm metas imediatas e de médio prazo diferentes dos países anfitriões, mesmo se o objetivo de longo prazo for o mesmo. Conferir ao USSOCOM seu próprio programa de cooperação de segurança do teatro de operações, seria uma ferramenta importante para vincular os Departamentos de Estado e de Defesa durante a “Fase 0”.

A coordenação mais estreita entre os órgãos federais pode poupar recursos e gerar melhor capacidades de GI. Embora parecesse difícil imaginar há uma década, a cooperação interdepartamental está fazendo progressos. Em sua solicitação orçamentária de 2012, o Departamento de Estado destinou US\$ 56 milhões para seu Fundo de Contingência de Segurança Global²⁶. São recursos destinados a integrar as atividades dos Departamentos de Estado e de Defesa. Este, por sua vez, também reservou mais US\$ 25 milhões para

operações de estabilização de conflitos²⁷. Esse fundo proporcionou treinamento e permitiu o envio de especialistas para atuarem nas áreas de policiamento e de Estado de Direito, governo transicional, estabilização econômica e desenvolvimento. O Fundo de Contingência de Segurança Global e as operações de estabilização de conflitos oferecem aos Estados Unidos a oportunidade de criar “pequenas forças-tarefas” para operar e trabalhar juntos *antes* de ocorrer uma emergência. Isso aprofunda a experiência em GI e gera resultados eficientes. A próxima crise evitada pode poupar um trilhão de dólares e milhares de vidas²⁸.

Finalmente, as Forças Singulares e o USSOCOM devem ir além das exigências regulamentares para sincronizar as capacidades emergentes das forças convencionais com os requisitos para capacitar as Forças de Operações Especiais. O comandante do Comando de Operações Especiais deve treinar e equipar as Unidades do Comando de Forças do Ex/EUA para empregá-las durante os intercâmbios de treinamento conjunto e combinado considerados particularmente importantes. Ao treinarem e operarem juntos, os facilitadores posicionados na força convencional satisfazem a intenção da doutrina e aumentam o número de militares familiarizados com as operações do Comando de Operações Especiais. Utilizar integrantes das companhias e batalhões da linha de frente das forças convencionais como instrutores possibilita uma presença contínua, ampliando a capacidade do destacamento operacional individual-Alpha. Na execução desse tipo de assistência às Forças de Segurança sem prejuízos à lista de tarefas essenciais da missão, os batalhões das forças convencionais adquirem também experiência essencial de GI, reduzindo a pressão sobre o Departamento de Defesa no tocante aos efetivos da missão. O comandante do Comando de Forças Especiais pode empregar oficiais e sargentos das forças convencionais para garantir a familiarização com os procedimentos e a interoperacionalidade combinada adotados pelos EUA. A área de Inteligência, em particular, iria se beneficiar.

Equilíbrio com Dissuasão Convencional

Neste período de limitações orçamentárias, a estratégia do Departamento de Defesa contra futuros inimigos precisa equilibrar a dissuasão convencional contra Estados rivais quase que na mesma proporção contra atores não estatais. O USSOCOM é guarnecido, treinado e equipado singularmente para conduzir um conjunto amplo de atividades que variam desde a diplomacia até as grandes guerras. Uma forte estratégia de guerra irregular proporcionaria um dissuasor alternativo de baixo custo contra adversários assimétricos, enquanto preservaria as Forças Singulares para as grandes operações de combate.

No futuro da guerra irregular, o USSOCOM será a escolha para executar uma estratégia de segurança com economia de meios. Pequenas equipes clandestinas e relativamente de baixo custo podem operar em nações parceiras para

fortalecer governos amigos e convencer regimes hostis e integrantes de organizações de GI de que o custo para romper a paz seria alto demais. Engajadas no desenvolvimento contínuo, as nações parceiras proverão defesa em profundidade para o território norte-americano. Mais importante, a campanha ampla do USSOCOM de GI se torna um escudo adicional de proteção da terra natal, além da dissuasão estável. Como já vimos, os custos em dólares e de capital humano da dissuasão convencional e das grandes operações de combate exigem uma alternativa.

O que virá a seguir? A resposta: Uma forte estratégia de guerra irregular, travada abaixo do nível de percepção pública, reservando tempo e espaço para uma força militar levada ao limite pelo envolvimento contínuo em uma década de guerra. **MR**

REFERÊNCIAS

1. "Rumsfeld's War on Terror Memo", *USA Today*, sec Washington/Politics, 20 May 2005, edição online.
2. Uppsala Conflict Data Program, disponível em: <<http://www.ucdp.uu.se/gpdata/search.php>>, acesso em: 10 nov. 2011.
3. ARREQUIN-TOFT, Ivan. *How the Weak Win Wars: A Theory of Asymmetric Conflict* (New York: Cambridge University Press, 2005).
4. U.S. Department of Defense (DOD), *Capstone Concept for Joint Operations*, v 3.0. (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 2009), p. 4.
5. Ibid.
6. WILLIAM, Lynn. "The Future of War", Palestra, CSIS Global Security Forum, Washington, DC, 8 Jun. 2007.
7. DOD, *Joint Operating Concept for Irregular War* (Washington, DC: GPO, 2010), p. 5.
8. FIECKERT, Andrew. "U.S. SOF: Background and Issues for Congress", *Congressional Research Office RS21048* (2010): p. 2.
9. ARQUILLA, John. "The New Rules of War", *Foreign Policy* 178 (2010): p. 1.
10. GARAMONE, Jim. "Panetta Announces Fiscal 2012 Budget Priorities", American Forces Press Service, 26 Jan. 2012, Washington DC.
11. HARRISON, Todd. "Analysis of the FY 2012 Defense Budget", Center for Strategic and Budgetary Assessments, disponível em: <<http://www.csbaonline.org/publications/2011/07/analysis-of-the-fy2012-defense-budget/>>, acesso em: 12 out. 2011, p. 11.
12. PANETTA, Leon. "Briefing on Defense Strategic Guidance and Budget Issues", Transcrição da palestra no Office of Economic Adjustment. 26 Jan. 2012, Web (3 Feb. 2012).
13. Ibid., p. 24.
14. "Overview of the FY13 DOD Budget", Chief Financial Officer, Office of the Under Secretary of Defense, p. 8-1, Feb. 2012, web (4 Mar. 2012). Disponível em: <http://comptroller.defense.gov/defbudget/fy2013/FY2013_Budget_Request_Overview_Book.pdf>.
15. HARRISON, Todd. p. vi.
16. CASTELLI, Christopher. "DOD Aims to Boost Investment in Capabilities for Major Power War", disponível em: <Insidedefense.com>, acesso em: 28 set. 2011.
17. *Small Wars Journal* editors, "Finding Petraeusism in Naglandia: The US Military's Hyper-American "Can-do" Spirit and Utopian Ideals Found in Afghanistan", disponível em: <<http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/finding-petraeusism-in-naglandia>>, acesso em: 10 nov. 2011.
18. FEICKERT, p. 2.
19. MCCRAVEN, William. "Transcript of Posture Statement for Senate Armed Services Committee", Washington, DC, 6 Mar. 2012, p. 3. Disponível em: <http://www.fas.org/irp/congress/2011_hr/030311olson.pdf>.
20. MACK, Andrew. "Why Big Nations Lose Wars: The Politics of Asymmetric Conflict", *World Politics* 27, no. 2 (1975): p. 179.
21. ARQUILLA, John. *Worst Enemy: The Reluctant Transformation of the American Military* (Chicago: Ivan R Dee, 2008).
22. *Joint Operating Concept for Irregular War*, p. 4.
23. STEIN, Janice. "Rational Deterrence Against Irrational Adversaries", in *Complex Deterrence: Strategy in the Global Age*, eds. PAUL, T.V.; MORGAN, Patrick M.; e WIRTZ, James J. (Chicago, University of Chicago Press, 2009), p. 61.
24. PAYNE, Keith. "The Fallacies of Cold War Deterrence and a New Direction", *Comparative Strategy* 22 (2003): p. 411-28.
25. CIGAR, Norman. Tradução, *A Practical Course for Guerrilla War*, Abd Al Aziz Al Muqrin (Washington, DC: Potomac Books, 2009).
26. Office of Budget and Management, *Budget of the United States Government, Fiscal Year 2012, Department of State and other International Programs* (Washington, DC: GPO, 2011), p. 822.
27. Ibid., p. 821.
28. Office of Budget and Management, *Budget of the United States Government, Fiscal Year 2013, Department of State and other International Programs* (Washington, DC: GPO, 2012), p. 154.